

As “possibilidades” do desenvolvimento econômico (capitalista) latino-americano, de acordo com FHC

***– FHCardoso, ILPES-Cepal,
integração subordinada ao
imperialismo e democracia***

A hipótese verificada aqui é a seguinte: a) a linha central sobre a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*^[1] já se apresentava nas

elaborações de Cardoso no Brasil anteriormente, quando ele integrava o Centro de Estudos da Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT); b) seu trabalho no ILPES – Cepal, no Chile, condensou as preocupações que a CEPAL desenvolvia em razão dos impasses de suas formulações sobre o desenvolvimento nacional autônomo; c) o que consideramos inflexão no pensamento de Cardoso, nada mais foi que consequência das formulações do seu período cepalino, quando ele e a CEPAL passaram a conceber a perspectiva de desenvolvimento econômico e social em países latino-americanos, mesmo esses mantendo a dependência

estrutural ao imperialismo e sob regimes políticos ditatoriais.

Os projetos de pesquisa sobre a escravidão e a industrialização

A ideia de dependência em Fernando Henrique Cardoso constituiu-se antes de sua chegada ao Chile, em 1966, quando passou a trabalhar na CEPAL. As mediações mais próximas encontram-se nas investigações coletivas realizadas na USP, com a coordenação de Florestan Fernandes, sobre escravidão e depois industrialização, ocorridas entre 1955 e 1964. Em meio a esse percurso, em 1958 é constituído o chamado grupo d'O

capital, composto por professores assistentes e estudantes das Ciências Sociais da USP, que realizavam seminários periodicamente em torno da obra de Marx. Por cerca de nove anos, portanto, foram constituídas práticas e relações institucionais voltadas para o *locus acadêmico*.

A pesquisa sobre a sociedade escravocrata e o negro no Brasil Meridional, realizada por Cardoso e Ianni entre 1955 e 1960, com trabalho de campo realizado em Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas. Essa atividade estava ligada à Cadeira de Sociologia I^[1] (Faculdade de Filosofia,

Ciência e Letras da USP), coordenado por Fernandes. Visava ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no país, que anteriormente fora investigado por Florestan e o sociólogo francês Roger Bastides. Dessa pesquisa foram elaboradas duas teses de doutorado defendidas em 1961, que ganharam a forma de livro: *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (de Fernando Henrique Cardoso) e *As metamorfoses do escravo* (de Octavio Ianni), publicados em 1962. Essas teses seguiam subsidiando a problemática de Fernandes a respeito da

integração do negro na sociedade de classes.

Dois aspectos foram importantes nessa pesquisa que nortearam posteriormente a concepção de dependência em Cardoso e em Ianni. Por um lado, os autores incorporaram o método dialético de investigação e análise, nas investigações universitárias no país, algo inusitado na época. A incorporação da perspectiva marxista na análise, distanciada da prática política a qual estava associada, desdobrava-se das discussões realizadas no grupo d' *O Capital*^[2]. O método de análise dialético confrontou-se com a perspectiva analítica funcionalista que era hegemônica

na universidade naquele período.

Por outro lado, a pesquisa sobre a escravidão no Brasil trouxe uma concepção sobre a formação capitalista no país, distanciada da caracterização sobre as origens feudais da sociedade brasileira, predominante no PCB e em autores liberais brasileiros. Ao contrário, a formação brasileira foi pensada como capitalismo colonial. Ou seja, nossa formação socioeconômica não passaria pelo mesmo trajeto europeu ou estadunidense. Embora estivessem integradas, essas marcas foram importantes nas pesquisas posteriores de Cardoso, Ianni e seus outros colegas. Para isso, sobressaía a categoria de

“capitalismo colonial” e
“economia colonial”,
desenvolvidas em Celso Furtado e
Caio Prado Jr.

O projeto coletivo sobre
industrialização em São Paulo,
configurado a partir do então
recém constituído Centro de
Sociologia da Indústria e do
Trabalho (CESIT), intitulava-se
*Economia e sociedade no Brasil:
análise sociológica do*

subdesenvolvimento ^[3] (FLORESTAN,
1962), reforça o que
anteriormente afirmamos. Essa
investigação enfocava aspectos
centrais da formação social e
econômica nacional, e as
relações de produção capitalista
que delas se desdobravam. Com

recursos financeiros da Fundação de Amparo à Pesquisa, foi criada uma equipe estável de pesquisadores e constituído o CESIT, iniciando assim a pesquisa sobre a estrutura industrial em São Paulo, basicamente com os seguintes eixos: a) a situação global das indústrias da Capital; e as características estruturais dos vários tipos de indústrias existentes; b) a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema socioeconômico vigente de empresas consideradas típicas.

Posteriormente, com os recursos financeiros obtidos da Confederação Nacional da

Indústria (CNI), a pesquisa foi ampliada para os seguintes itens: 1) na direção da análise sociológica dos *problemas do desenvolvimento econômico*; 2) escolher os focos centrais das investigações; 3) pensar em um quadro de referência mais amplo, para o aproveitamento teórico dos resultados da pesquisa sobre empresa industrial em São Paulo. Neste sentido, alguns temas foram decididos, exigindo investigação sistemática que completariam o quadro iniciado com o estudo sociológico da empresa industrial em São Paulo. De acordo com Florestan Fernandes, coordenador dessas pesquisas, os temas seriam os seguintes:

a mentalidade do empresário industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; a intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, na forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva.^[4]

Os objetivos apresentados no

projeto, datado de 1962, ressaltava a preocupação com a “mentalidade do empresariado”, o papel do Estado na constituição de condições para o desenvolvimento econômico (e industrial) e, também, a força de trabalho que naquela época era visível em seu deslocamento geográfico de áreas rurais para o meio “urbano-industrial”. Mas também na formulação do projeto é visível a perspectiva nacional-desenvolvimentista que permeava a sua visão sobre o desenvolvimento econômico no país. Como discutimos no capítulo anterior, a perspectiva cepalina sobre o papel do Estado indutor e o empresariado como agente social importante nesse

processo ficavam por demais evidentes. Certamente essa visão se modificaria no transcorrer dessa investigação, em Cardoso, Ianni e em Florestan Fernandes.

A temática da dependência e o CESIT

Empresário industrial e desenvolvimento econômico (1964), de Fernando Henrique Cardoso resulta de um marco de pesquisas coletivas sobre industrialização desenvolvidas no CESIT (Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho). Tais pesquisas acadêmicas na área sociológica, as compreendemos como divisor de águas no tipo de trabalho acadêmico (universitário), pois

passavam a realizar levantamentos empíricos da realidade social enfocada, baseando-se em dados estatísticos e entrevistas. Por outro lado, passam a questionar aspectos da ideologia nacionalista e verificavam uma tendência entre o empresariado brasileiro de alinhamento ao capital internacional. Essa compreensão sobre a industrialização e empresariado começava a ser mudada com uma jovem geração de intelectuais paulistas, antes mesmo de 1964.

O Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil é paradigmático nesse sentido. Expressa o conjunto do pensamento dos intelectuais

uspianos, vinculados ao grupo d'O Capital, como também seu ecletismo metodológico fincado no marxismo e na sociologia compreensiva weberiana. Nesse trabalho foram alinhavadas questões relacionadas ao comportamento político do empresariado, mas também análises sobre o Estado, o nacional-desenvolvimentismo, a estrutura econômica, além de uma crítica às teorias de modernização na sociologia americana.

A obra em questão resulta da pesquisa sobre a mentalidade e comportamento do empresário no país. Os resultados dessa investigação indicaram os limites políticos da burguesia

chamada nacional, como também foram evidenciadas as relações orgânicas entre o capital estrangeiro e a burguesia local. O grupo paulista, na realidade, realizou um deslocamento temático para a discussão sobre “dependência estrutural”, essa sendo entendida como o imbricamento da economia externa nas relações sociais internas. Na fase inicial do projeto sobre industrialização, como anteriormente nos referimos, eram notórias as referências sobre “as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica”, que traziam como modelo a teoria da modernização. Também eram presentes dimensões do nacional-

desenvolvimentismo. Isso desfar-se-ia no transcorrer das investigações, passando à acentuada crítica que começou a ocorrer à ideologia nacional-desenvolvimentista e ao “populismo”.

No início da década de 1960, Cardoso fez uma avaliação da literatura sobre a industrialização brasileira. O acadêmico operacionalizou a categoria de regime social de produção, com sua especificidade em uma “economia colonial”. O tipo de economia existente impusera uma relação de dependência e subdesenvolvimento ao país, inclusive bloqueando o seu desenvolvimento econômico. A industrialização somente poderia

ser entendida como processo histórico-social, no qual se constituíam as classes sociais. Sua emergência dependeu da formação dos que como donos do capital podiam dispor dos meios de produção, e, por outro lado, a dos que, sendo homens livres, dispunham apenas de sua força de trabalho.^[1] Para Cardoso, a angulação centrada nos grupos e classes sociais (seus interesses, projetos e ação política) retirava as análises do caráter eminentemente econômico sobre a compreensão do desenvolvimento no país, seus impasses e possibilidades. Isto porque as mudanças sociais e econômicas decorreriam de a capacidade dos grupos sociais

materializarem seus interesses e projetos políticos.

No prefácio de 1972, à segunda edição de livro *Empresário industrial...*, tese de livre docência publicada em 1964, Cardoso dizia o seguinte:

Ao iniciar as entrevistas com os empresários parti da convicção, corrente à época, da possibilidade de levar adiante o desenvolvimento econômico, promover as 'reformas de base' e alcançar formas de participação política mais amplas e de distribuição mais equitativa por intermédio da política nacional-popular. A reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostraram-me, no decorrer da investigação, os equívocos da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência prática das políticas propostas. Este livro foi um esforço para ressaltar, quando ainda existiam opções nacional-populares vigorosas, as

dificuldades e mesmo impossibilidades de conseguir a transformação da sociedade brasileira, com as aspirações indicadas acima, com base na referida aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares (...) as conclusões são claras: a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía.^[2]

Esse prefácio interessa-nos porque o autor propõe uma explicação para sua passagem da perspectiva nacional-popular, que ele nutria no início das investigações no CESIT junto com Florestan Fernandes e colegas, para uma perspectiva crítica a tal concepção. Com distintos nuances, a visão nacional-popular era ideologia

predominante na época e compartilhada por comunistas e nacionalistas. Da “convicção” sobre a possibilidade de alavancar o desenvolvimento econômico e reformas de base por meio da “aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares”, Cardoso passou para uma visão de que a “burguesia industrial nacional estava impedida por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía.”^[3] Para o autor seriam as entrevistas realizadas com os empresários brasileiros que lhe levaram a mudar sua posição. Essas entrevistas eram parte da pesquisa que anteriormente

descrevemos sobre o processo de industrialização realizado pelo CESIT.

O enfoque da dependência estrutural caracterizou-se principalmente por uma crítica à tradição de idealização teórica das “sociedades avançadas” como padrão universal do desenvolvimento capitalista, ressaltando por sua vez a peculiaridade estrutural dos países latino-americanos.

a construção de modelos abstratos de desenvolvimento é tão insuficiente para a explicação das mudanças estruturais que possibilitam o desenvolvimento, quanto é a transformação pura e simples do capitalismo nas nações onde ele se originou. A alternativa

consiste em relacionar concretamente os países subdesenvolvidos com as nações industriais e verificar como o “desenvolvimento econômico” é resultado de um movimento social que afeta a estrutura de dominação internacional.^[4]

O tema “industrialização” foi abordado tendo como horizonte a formação das classes sociais no país, basicamente a burguesia e o proletariado. O enfoque que começava a aparecer em Cardoso e seus colegas estabelecia a industrialização e o desenvolvimento econômico como processos sociais impulsionados por movimentos sociais^[5] que constituiriam o ponto a partir

de onde se desvendaria a natureza e o sentido do processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento industrial brasileiro teria ocorrido através de surtos descontínuos desde o final do século XIX; mas principalmente entre 1950 e 1960 esse crescimento teria existido de maneira mais contínuo, possibilitado pelos excedentes advindos da alta cotação do café, dos investimentos estatais e do ingresso maciço de capital estrangeiro. A burguesia industrial brasileira, tendo suas origens em um passado colonial e em grupos imigrantes, acrescidos de elementos das camadas médias urbanas, manteria uma “heterogeneidade” que a

impossibilitava de redefinir valores industriais como um denominador comum de sua atuação. Isso estaria claramente colocado, por exemplo, em sua relação com o Estado.

é restrito o grau de controle político que os industriais exercem, enquanto camada social, sobre o aparelho estatal. Falta à massa dos industriais a socialização necessária para o desempenho dos papéis a que deveriam responder como cidadãos de uma República democrático-burguesa. Na forma de encarar o Estado, de optar por candidatos ou de propor soluções, dissociam a condição de empresários das condições de cidadãos: reagem enquanto “massa de manobra” eleitoral polarizando seus interesses em torno de reivindicações abstratas, como, por exemplo, contra o “alto custo de vida”, a “inflação”, ou contra o “governo” e o associam a todos os males

do país, numa racionalização típica do comportamento das classes médias, às quais se ligam ideologicamente.^[6]

O impulso do desenvolvimento industrial brasileiro, para Cardoso, teria partido fora da burguesia industrial brasileira, sendo sustentado pelo capital estrangeiro e pela participação direta do Estado na economia. Desta maneira, o setor privado brasileiro ficou entre uma dura opção: apoiar os movimentos sociais que pressionavam no sentido de estatização de setores básicos da economia, ou então associar-se aos capitais estrangeiros.

As possibilidades de manutenção deste

malabarismo não são contudo ilimitadas. Estreita-se a cada dia a faixa de compromissos possíveis. As decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela “ordem”, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?^[7]

O autor questionava a existência de uma “burguesia progressista” portadora de um projeto de Nação, além de seu caráter anti-

imperialista e uma possível aliança com as classes populares. Mostrava também as imbricações entre os setores empresariais e o capital estrangeiro. Essa burguesia teria se contentado com a condição de “sócia menor” do capitalismo internacional, o que levaria por terra seu suposto caráter anti-imperialista e possível aliança com as classes populares. Escrito entre 1962 e 1963, dentro da perspectiva do CESIT, o livro colocava em xeque as teses aliancistas, iniciando uma perspectiva teórica que o remeteu para seus estudos posteriores^[8].

No mesmo percurso investigativo

sobre a industrialização constituiu-se no CESIT não somente a análise sobre a mentalidade e comportamento da burguesia no Brasil, mas também análise semelhante ocorreu sobre as características do proletariado.

O comportamento político operário seria determinado por “interesses estranhos” aos da classe operária, pois esta não estaria em condições de organizar coletivamente os seus alvos e instrumentos de luta. Antes mesmo de *Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*, Cardoso^[9] diria que as condições comuns de vida dos proletários não

teriam derivado, naquele momento histórico, na consciência de um destino comum ou em uma consciência nacional de seus interesses. Tal formulação sobre a consciência de classe foi utilizada mais tarde, quando o intelectual analisou o comportamento político do empresariado nacional.

Assim, da mesma forma que a inexistência de uma “tradição proletária” dificultaria a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não industrial recente dos industriais brasileiros dificultaria que se orientem como empresários e que atuem como classe. Muito comumente as

formas de consciência, ação e definição de objetivos políticos, econômicos ou sociais que são contraditórias na burguesia industrial discrepam do que corresponderia a seus interesses efetivos de classe.[\[10\]](#)

Nesse período, os conceitos de “dependência” e de “subdesenvolvimento” apareceram nas análises, basicamente sendo definidos como “economia colonial”, ou seja, exportadora de produtos agrícolas e importadora de manufaturados. Naqueles conceitos mantinha-se como premissa geral a seguinte questão: em decorrência da dependência externa haveria subdesenvolvimento, bloqueio da

industrialização, proletariado com “baixo nível” de consciência de classe e burguesia nativa estruturalmente débil, sem consciência de classe, e organicamente subordinada ao capital estrangeiro.

Como classe se encontrava vinculada a uma outra estrutura econômico-social, como era em boa parte um prolongamento da estrutura agrária no meio industrial em formação, ela não estava em condições de desenvolver um comportamento político em face do operariado, segundo os requisitos internos de um sistema capitalista industrial.[\[11\]](#)

Ao lado dessa análise sobre a

“inadequação estrutural” da “burguesia agrário-comercial”, Ianni observou a relação das “economias dependentes” com o “capitalismo internacional”, nos períodos de crises estruturais. Para ele, as agitações político-militares entre 1922 e 1937 foram decorrentes dessas crises. Nesse sentido, para que as crises não se alastrassem aos vários grupos e classes sociais, foi reestruturado o aparelho de Estado.

A formação do proletariado brasileiro teria ocorrido, para Cardoso e Ianni, em duas fases distintas, intercaladas pelos surtos industriais. Em uma primeira fase constituíram-se os trabalhadores livres,

principalmente através da imigração, da abolição da escravidão e do êxodo de agricultores autônomos, colonos e agregados para a cidade. Impulsionados basicamente por uma ideologia libertária (anarquista e anarcossindicalista), muitas lutas sociais teriam ocorrido. O segundo momento dessa formação seria baseado na expansão industrial fomentada pelo Estado getulista. Desta maneira teria aumentado a participação de um “proletariado inexperiente” politicamente, encarando o trabalho fabril e a residência urbana como perspectiva de ascensão social.

Nas “massas populares urbanas”

havia se evidenciado a “consciência de mobilidade” e ascensão social, em contraposição à consciência de classe, pois a perspectiva de mobilidade social resultaria de um comportamento permanente do proletariado: “subjetivamente orientados para fora da indústria”, como disse Brandão Lopes,^[12] pois os migrantes rurais não se identificavam com as condições operárias. Essa situação devia-se ao crescimento industrial descontínuo, que alternava períodos de emprego e desemprego, impossibilitando assim “decantar formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de

proletário.”^[13] Enquanto perdurassem os efeitos sociais desse ciclo da industrialização, o proletariado estaria impossibilitado de organizar a sua ação política classista, o que implicava que aquele não seria o “agente social” principal das mudanças sociais no país.

Ao analisar o trabalhador que se transforma em proletário industrial, Ianni expressa a ideia do grupo de acadêmicos sobre a “segunda fase” de formação do proletariado:

Com a transformação do lavrador, da doméstica e do menor em operários, todo o proletariado fica impregnado de

componentes sociais transitoriamente ambivalentes, em processo de re-socialização, orientando o seu comportamento segundo valores e normas engendrados em contextos econômico-sociais distintos. É nesse período que a classe operária é socialmente heterogênea, dividida em segmentos com experiências e expectativas díspares e contraditórias. [\[14\]](#)

Nesse ângulo temático, é interessante observar que o processo de industrialização no país era entendido como em oposição aos interesses das economias industrializadas. Neste sentido, definia-se como questão principal a Nação versus o Imperialismo. Mesmo Cardoso, que mais tarde iria criticar essa proposição, no início dos anos 1960 considerava:

uma tentativa de ruptura das relações de dependência, e o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser um dos mais fortes

fatores entraves à industrialização do País, e, pois, um instrumento de sujeição. É verdade que o próprio impulso de industrialização cria, naturalmente, condições para a superação dêste estado de coisas, desenvolvendo o gênio inventivo no País e engendrando choques de interesses com os países altamente industrializados. [^{\[15\]}](#)

O Estado brasileiro foi compreendido, por um lado, como agente importante no desenvolvimento econômico brasileiro. A intervenção econômica do Estado, em seu papel na expansão industrial e na modernização da sociedade, suprimiria a debilidade do setor privado e a inexistência de uma camada empresarial local poderosa. Por outro, mas

articulado com essa questão, o Estado é percebido como populista, uma vez que encobria e mistificava a sua natureza de classe.

Em *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (1965), Ianni examina a maneira como as atividades estatais, principalmente as ligadas à produção, agiam no sentido da expansão das forças produtivas, ou seja, da acumulação de capital. O Estado atuaria no sentido de aumentar a taxa de poupança e orientar e diversificar os investimentos, para incentivar as transformações estruturais, exigindo a manipulação de

instrumentos fiscais, monetários e cambiais, além de engendrar uma política de mão-de-obra.

Nos períodos propícios para a industrialização, o aparelho estatal exerceria suas atividades criando condições para o desenvolvimento. Neste sentido, ele teria se desenvolvido vinculado à perspectiva desenvolvimentista, planejador e dotado de capacidade para retirar o país do atraso econômico existente, ao lado certamente de seu caráter populista, feixe de interesses contrários. Como se apresenta em Ianni (1965), a crescente participação do poder público na história brasileira

apresentava-se como a forma de romper com as relações de dependência tradicionais e reorientar o fluxo do excedente econômico; desta maneira, ampliam-se as funções do Estado, colocando-se no centro das decisões político-econômicas brasileiras.

Em uma primeira fase, o Estado agiria no sentido de regular a produção e desenvolver instrumentos para a defesa de setores ameaçados por crises internas ou externas; posteriormente, intervém para incentivar e criar a riqueza nacional. Por último, os governos estariam empenhados nos programas setoriais, regionais ou globais de desenvolvimento,

como o Plano Salte, os Programas de Metas, o Plano Trienal, e a criação de entidades como a Petrobrás, o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outros. “Estimulado pelas tensões internas e externas do sistema, o Estado assumiu funções mais amplas, destinadas a dinamizar e orientar as expansões das forças produtivas.”[\[16\]](#)

A crescente intervenção estatal na economia, entretanto, ainda de acordo com Ianni, seria percebida com desconfiança pela burguesia nacional.

Na fase mais importante de industrialização no país

(1956-1960), o capital externo foi considerado pelo governo como essencial para a expansão das forças produtivas. Naquele período, ocorreu uma ampla recomposição da economia nacional com o capitalismo internacional, quando uma parte da burguesia industrial associar-se-ia à burguesia internacional:

A estrutura econômica modificava-se no sentido da produção de meios de produção e o Estado assumia poderes crescentes para facilitar essa conversão. Toda política econômica do período 1956-60 esteve orientada nessa direção. Nessa época, em investimentos diretos independentes ou associados a capital nacional, verificou-se uma espécie de “desnacionalização” da indústria

nacional. [\[17\]](#)

Desta maneira, a expansão industrial brasileira teria sido orientada no sentido de crescente associação entre capital nacional e externo, mediada pela intervenção direta e indireta do Estado. A perspectiva de Ianni sobre a industrialização, o capital externo e a intervenção estatal nesse processo aproxima-se da abordagem de Cardoso (1964), podendo-se afirmar que, até aquele momento, existia uma unidade de pensamento entre esses autores, pois se diferenciavam somente nos temas específicos abordados.

[1] CARDOSO, Fernando Henrique. 2ed. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972

[2] CARDOSO, Fernando Henrique. 2ed. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p.14-5.

[3] Idem., p.15

[4] Idem. p.194

[5] “Movimentos sociais” eram entendidos por Cardoso como a movimentação política dos grupos e classes sociais, em suas pressões sobre o Estado, a partir de seus interesses e reivindicações políticas.

[6] CARDOSO. Op.cit. p.175

[7] CARDOSO. Op.cit. p. 197-8

[8] Nesse período, existia uma hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista e nacional-popular.

[9] CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado e mudança social. *Sociologia*, v.XXII, nº1, p.5-6, 1960.

[10] Idem. 2ed. Empresário industrial e desenvolvimento econômico. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p.170.

[11] IANNI, Octávio. Condições institucionais do comportamento político operário. *Revista Brasiliense*, nº36, jul/ago 1961, p.24.

[12] LOPES JR, Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, B. (org.). *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, 1960.

[13] CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. *Brasiliense*, nº 28, mar/abr 1960.

[14] IANNI. Op.cit. p.30

[\[15\]](#) CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado e mudança social. *Sociologia*, v.XXII, nº1, 1960. p.24.

[\[16\]](#) IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.47

[\[17\]](#) Idem. P.89

[\[1\]](#) Até o surgimento do Centro de Estudos da Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), os projetos de investigação concentravam-se na Cadeira de Sociologia I, enfatizando principalmente as condições histórico-sociais de desintegração da ordem escravocrata-senhorial e da formação da sociedade de classes no Brasil.

[\[2\]](#) Não poderemos entrar na discussão específica sobre as formulações acadêmicas norteadas pelo marxismo, como

ocorreu inovadoramente na época pelo chamado *Grupo d'O Capital*, como ficou conhecido. Para a discussão sobre esse *marxismo acadêmico*, ver SILVA, Luiz Fernando, *Pensamento social brasileiro: o marxismo acadêmico entre 1960 e 1980* (São Paulo: Corações e Mentes, 2003).

[3] FERNANDES, Florestan. Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: Idem. *A sociologia numa Era de revolução social*. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

[4] Idem. p.318.

[1] CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. São

Paulo: Guanabara, 1970.

[\[21\]](#) CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. São Paulo: Siciliano, 1993. p.9